



RAC - Revista de Administração
Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação
e Pesquisa em Administração
Brasil

Moulin de Souza, Eloisio

A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 21, núm. 3, mayo-junio, 2017, pp.

308-326

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Rio de Janeiro, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84050674003>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

A Teoria *Queer* e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade

Queer Theory and Organizational Studies: Reviewing Identity Concepts

Eloisio Moulin de Souza¹

Universidade Federal do Espírito Santo¹

Resumo

A teoria *queer* desenvolveu-se inicialmente na década de noventa, nas ciências sociais e humanas, principalmente nos estudos literários e linguísticos, sendo posteriormente incorporada aos estudos organizacionais. Entretanto, apesar de sua aplicação aos estudos organizacionais, ainda existe uma lacuna acerca do debate sobre seus conceitos e significados. Por isso, este artigo objetiva aprofundar e revisar o debate sobre os aspectos desenvolvidos por essa teoria, focando-se nos conceitos relacionados à produção identitária e subjetiva. Para cumprir este intento, as ideias *queer* sobre identidade, sujeito, performatividade, *performance* e identificação são apresentadas e debatidas. Defende-se que a teoria *queer* é um verbo (ação) ao invés de um substantivo (identidade) e a aplicação de seus conceitos não se restringe somente aos estudos sobre gênero, sexualidade e minorias. Por fim, discute-se a expansão da utilização dos conceitos *queer* no estudo de outras formas hegemônicas de categorias identitárias presentes no mundo corporativo.

Palavras-chave: teoria *queer*; identidade; sujeito; performatividade; estudos organizacionais.

Abstract

Queer theory initially developed in the nineties in the social sciences and humanities, especially in literary and linguistic studies, and was later incorporated into organizational studies. However, despite its application to organizational studies there is a lack of debate about its concepts and meanings. Thus, this article aims to deepen and review the debate about the concepts and meanings related to queer theory, focusing on the concepts related to identity and subjectivity production. To fulfill this purpose queer concepts about identity, subject, performativity, performance and identification are presented and discussed. It is argued that queer theory is a verb (action) rather than a noun (identity) and the application of its concepts is not only restricted to studies on gender, sexuality and minorities. Finally, the paper discusses the expansion of the application of queer concepts to other forms of hegemonic identity categories present in the corporate world of work.

Key words: queer theory; identity; subject; performativity; organizational studies.

Introdução

Os conceitos desenvolvidos pela teoria *queer* começaram a ser utilizados nos estudos organizacionais por Brewis, Hampton e Linstead (1997) com a publicação do artigo *Unpacking Priscilla: Subjectivity and Identity in the Organization of Gendered Appearance*. Entretanto, Brewis *et al.* (1997) não rotulam os conceitos utilizados em seu artigo com a denominação teoria *queer*, aliás, fato muito comum entre autores classificados como teóricos *queer*, conforme será visto mais adiante. Entretanto, a denominação teoria *queer* debutou pela primeira vez nos estudos organizacionais com a publicação por Parker (2001) de *Fucking Management: Queer, Theory and Reflexivity*, e, desde os seus primórdios, a teoria *queer* sempre proporcionou muitos debates entre estudiosos organizacionais, sendo que alguns destes foram promovidos por edições especiais de revistas como, por exemplo, a revista *Gender, Work and Organization*, organizada por Linstead e Brewis (2004), objetivando questionar as fronteiras identitárias dualistas e binárias de gênero presentes nos estudos organizacionais.

Essa teoria expandiu-se e tem sido utilizada no campo organizacional para estudar amizade no ambiente de trabalho (Rumens, 2008a, 2008b, 2010, 2012), liderança (Harding, Lee, Ford, & Learmonth, 2011; Muhr & Sullivan, 2013), subjetividade e identidade (Calás, Ou, & Smircich, 2013; McDonald, 2013; Scurry, Rodrigues, & Bailouni, 2013), beleza e *embodiment* (Gurrieri & Cherrier, 2013), políticas de orientação sexual (Beckett, 2012; Thanem, 2010), gênero e performatividade (Baines, 2010a; Billing, 2011), humor (Kenny & Euchler, 2012), temporalidade (Steyaert, 2015) e espaço (Tyler & Cohen, 2010). Entretanto, apesar da aplicação de conceitos relacionados à teoria *queer* terem se consolidado nos estudos organizacionais nas últimas décadas, o debate acerca de seus conceitos e significados ainda necessita ser aprofundado. Portanto, existe uma lacuna acerca dos significados e da aplicação dos conceitos desenvolvidos pela teoria *queer* no campo organizacional.

Assim, este artigo busca cobrir parte dessa lacuna ao revisar o debate dos principais conceitos e significados da teoria *queer* relacionados à identidade. Objetiva-se com isso trazer à tona os principais conceitos da teoria *queer* relacionados à identidade. O estudo sobre identidade nos estudos organizacionais tem se intensificado nas últimas décadas (Du Gay, 2007; Pullen & Linstead, 2005), entretanto, o estudo sobre identidades fundamentado em conceitos da teoria *queer* ainda permanece pouco explorado. Dessa forma, a primeira parte deste artigo começa abordando o surgimento da teoria *queer*, problematizando o que significa a expressão *queer*. Em seguida, os princípios que regem a concepção de sujeito e identidade na teoria *queer* são analisados com foco especial para a performatividade e os processos de identificação. Posteriormente, são evidenciados alguns cuidados sobre o uso nos estudos organizacionais do termo *queer*. Para concluir, o artigo debate o uso dos conceitos *queer* sobre identidade para outros aspectos da vida organizacional que não estão diretamente relacionados ao estudo de sexualidade e gênero ou de minorias.

A Emergência da Teoria *Queer*

Apesar da presença da teoria *queer* na academia brasileira em campos do saber como Psicologia (Borges, 2014; Chidiac & Oltramari, 2004; Sampaio & Germano, 2014), Filosofia (Rodrigues, 2012) e Literatura/Linguística (Costa & Ávila, 2005), foi na Educação (César, 2009; Franco & Cicillini, 2015; Motta & Ribeiro, 2013) e na Sociologia (Alós, 2010; Brumer, 2009; Duque, 2012; Fernandes, 2015; Miskolci, 2009a; Miskolci & Balieiro, 2011; Pino, 2007) que a teoria *queer* se consolidou. Quase a totalidade desses estudos desenvolvidos buscam analisar aspectos identitários sobre gênero e sexualidade (Alós, 2010; Borges, 2014; Brumer, 2009; César, 2009; Chidiac & Oltramari, 2004; Duque, 2012; Fernandes, 2015; Franco & Cicillini, 2015; Miskolci, 2009a; Miskolci & Balieiro, 2011; Motta & Ribeiro, 2013; Pino, 2007; Rodrigues, 2012; Sampaio & Germano, 2014). Especificamente nos estudos organizacionais brasileiros, a teoria *queer* ainda não se encontra consolidada, como nos estudos organizacionais do Reino Unido. Apesar do crescimento numérico, nos últimos anos, no campo organizacional brasileiro de pesquisas sobre gênero (Andrade, Macedo, & Oliveira, 2014), a teoria *queer*

ainda é pouco utilizada pela área como aporte conceitual para esses estudos, sendo que a maioria das abordagens utilizadas ainda tem uma visão a-histórica sobre gênero e estão fundamentadas em abordagens feministas liberais e radicais (Souza, Corvino, & Lopes, 2013). Portanto, poucos estudos organizacionais brasileiros utilizam a teoria *queer* como fundamento para suas análises, destacando-se, neste sentido, os estudos de Souza e Carrieri (2010), Souza e Pereira (2013), Souza e Carrieri (2015), Cerqueira e Souza (2015) e Souza, Bianco e Junquilho (2015).

A teoria *queer* emergiu primeiramente nas ciências humanas com estudos literários, linguísticos e discursivos, espalhando-se posteriormente para as ciências sociais (Cohen, 1997). Foram seminais no desenvolvimento da teoria *queer* os trabalhos de Sedgwick, Butler, Lauretis, Preciado, Rubin, Seidman, Warner, Halperin e Halberstan (Pino, 2007), trabalhos estes que fazem com que a teoria *queer* seja construída pelo encontro dos estudos culturais americanos com o pós-estruturalismo francês (Miskolci, 2007), tendo como principal objetivo questionar as concepções clássicas de sujeito e identidade. Entretanto, vale ressaltar que muitos autores responsáveis pelo desenvolvimento de conceitos e princípios rotulados como teoria *queer* nunca usaram a expressão **teoria queer** para definirem suas obras.

A expressão teoria *queer* foi primeiramente utilizada em 1990 por Teresa de Lauretis ao organizar uma conferência na Universidade da Califórnia denominada de *Queer Theory* (Warner, 2012). A principal intenção de Lauretis foi unir o termo *queer*, até então considerado um termo pejorativo, com a palavra teoria, tão sacralizada pelas ciências (Halperin, 2003). Lauretis (1991) também foi a primeira a publicar artigo acadêmico com a expressão teoria *queer* em seu título. Ao unir a palavra *queer* com o termo teoria, Lauretis pretendia problematizar e colocar em suspeição os conhecimentos científicos e teorias relacionadas a identidades gays e lésbicas. Em outras palavras, Lauretis intencionava tornar *queer* a teoria, ao invés de criar uma teoria (Halperin, 2003). Tornar a teoria *queer* é duvidar das verdades universais presentes nas teorias, problematizando todo conhecimento que se apresenta com o *status* de verdade universal por meio da análise e da evidenciação das relações de poder que produzem determinados saberes como hegemônicos. Por isso, a teoria *queer* não pode ser vista como sendo uma escola, doutrina, teoria ou teorização particular da vida humana, pois não existe teoria por trás da teoria *queer* (Halperin, 2003).

Por isso, a teoria *queer* deve ser entendida como um projeto sempre em construção, e seu futuro não pode jamais ser previsto (Warner, 1993). O significado de *queer* não pode ser solidificado e concebido como algo consistente; ao invés disso, indeterminação e elasticidade são suas características constituintes. Em outras palavras, a eficácia política da teoria *queer* depende de sua resistência à definição (Jagose, 1996), ou seja, a teoria *queer* resiste a qualquer definição (Philbrook, 2003). Portanto, teoria *queer* tem um significado sempre aberto, incompleto e inacabado. Mas, a incompletude, a abertura e inacabamento não constituem sua fraqueza, pelo contrário, eles afirmam sua força e sua capacidade de resistência ao hegemônico, ao normal. A teoria *queer* resiste a definições, e essa resistência deve ser sempre revisada exatamente para resistir às exclusões pelas quais o termo *queer* é mobilizado (Butler, 1993a).

Entretanto, apesar de sua resistência à definição, a teoria *queer* pode ser considerada como o estudo de relações de poder dentro de uma perspectiva foucaultiana (Seidman, 2006) e não faz o menor sentido considerar a teoria *queer* uma teoria, pois se a teoria *queer* suspeita de todas as metanarrativas, a própria teoria *queer* deve ser incluída nessa suspeição (Gamson, 2003). Além disso, a teoria *queer* não é um corpo unificado de conhecimento (Watson, 2005), fazendo com que Gardiner (2005) utilize a expressão **teorias queer**, no plural, exatamente para afirmar a heterogeneidade de abordagens e conceitos sob o rótulo teoria *queer*. Portanto, deve-se evitar cair na tentação de apresentar a teoria *queer* como algo unificado e totalmente coerente, com técnicas pré-definidas de como se fazer uma pesquisa (Watson, 2005), pois isso manifesta a tendência da palavra teoria prevalecer sobre o termo *queer*, atuando como uma forma de **domesticção** da teoria *queer* (Halperin, 2003). Assim, a teoria *queer* não é uma teoria somente porque ela não tem um corpo sólido, unificado e consistente, mas exatamente porque, para ser efetiva em seu propósito, precisa resistir às forças que a querem estabilizar e normalizar. O importante é tornar *queer* a teoria ao invés de teorizar o *queer* (Jagose, 1996). Assim, exatamente para

enfatizar que a teoria *queer* não é uma teoria, Souza e Carrieri (2010) preferem utilizar a denominação analítica *queer* ao invés de teoria *queer*, ou seja, não existe uma **teoria queer**, mas, sim, analíticas *queer*.

O processo de transformação da teoria *queer* em teoria deve ser entendido como um processo de normalização da teoria *queer*, processo este que objetiva torná-la mais suave e branda, fazendo com que não possa realizar seu principal objetivo que é oferecer alternativas a sistemas hegemônicos (Halberstam, 2011) e, dessa forma, problematizar o normal (Halperin, 1995; Jagose, 1996; Miskolci, 2009b). Portanto, a teoria *queer* é por definição a problematização do normal, do legítimo e do dominante (Halperin, 1995). A teoria *queer* refere-se às lógicas e às formas de organização não normativas em um determinado tempo e espaço (Halberstam, 2005), e render o termo *queer* à teoria é um processo que a incapacita de criticar as normas e o normal. Em outras palavras, o processo de normalização da teoria *queer* a desabilita a questionar o fundacional, o normal e o hegemônico (Turner, 2000), sendo esse processo exatamente o movimento oposto pelo qual Lauretis uniu as palavras *queer* com teoria, pois o termo *queer* afirma transgressão e resistência ao normal (Watson, 2005).

Assim sendo, a teoria *queer* é apenas um conjunto de especulações intelectuais coletivas e não um corpo unificado de conceitos e metodologias, devendo ser considerada como um conjunto de princípios e não como uma teoria (Bryant, 2003). A teoria *queer* manifesta princípios que colocam em cheque as noções hegemônicas e estáveis de identidades (Sullivan, 2003), sendo a principal preocupação da mesma o conceito de ser humano forjado pelo iluminismo/humanismo. A teoria *queer* é um ataque e uma resposta ao universalismo, ao binarismo e ao essencialismo presentes na concepção de sujeito do iluminismo/humanismo (Souza & Carrieri, 2010). Entender esses princípios é uma tarefa importante para se entender a teoria *queer* e, assim sendo, o próximo tópico deste artigo abordará esse tema.

Identidade na Teoria *Queer*

Muitos dos escritos *queer* dedicam-se a problematizar a produção identitária relacionadas a gênero e sexualidade. Assim, para compreender o significado de identidade na teoria *queer* trabalhos relacionados a gênero e sexualidade serão aqui abordados. Em relação à sexualidade, a teoria *queer* a concebe como socialmente e culturalmente criada, historicamente variável, e uma questão política ao invés de biologicamente determinada, como se pertencesse à esfera da natureza ou fosse uma mera questão de escolha pessoal (Butler, 1990; Edwards, 2005; Jagose, 1996; Sedgwick, 2008; Seidman, 1996; Sullivan, 2003). Entretanto, o que difere a teoria *queer* de outras abordagens culturais é que o ponto principal para a teoria *queer* não é somente focar na construção cultural da sexualidade, mas analisar as formas pelas quais o poder é assimetricamente atribuído entre e dentro das categorias sexuais (Cohen, 1997). Por isso que a teoria *queer* é uma abordagem construcionista social que desafia os entendimentos essencialistas e universalistas de identidade, enfatizando a sexualidade, e qualquer outra forma de identidade, como um princípio organizador, político e social (Seidman, 1996).

Com isso, a teoria *queer* intenciona mostrar como identidades sexuais binárias (homossexual e heterossexual) são construções discursivas sociais, históricas e culturais envoltas por relações de poder e saber, desafiando o conceito hegemônico e tido como natural pelo qual heterossexuais e homossexuais são vistos como produtos biológicos que pertencem à ordem da natureza. Assim, identidades são vistas com produto de relações de poder e saber (Seidman, 2006). Para a teoria *queer*, o discurso atua de uma forma normativa moldando fronteiras e construindo identidades e hierarquias entre as categorias identitárias. Entretanto, a teoria *queer* refuta que esse processo de normalização seja determinístico e fundamentado em uma concepção estática e estável de identidade. As identidades são sempre construídas e contidas por múltiplas práticas de categorizações e regulações, as quais as tornam fluidas, heterogêneas, políticas e até mesmo paradoxais (Cohen, 1997; Lovaas & Jenkins, 2007). A teoria *queer* acredita que as identidades são sempre múltiplas e atravessadas por diversas outras identidades, como orientação sexual, raça, classe social, nacionalidade, gênero, idade (King, 2016) dentre outras, que se interceptam e/ou combinam-se. Portanto, todas as formas de identidades funcionam como forças políticas disciplinadoras e organizadoras.

Entretanto, apesar dos afetos, entre as diversas formas de identidades, vale salientar que o sujeito não é uma soma ou um número determinado de identidades-base. Acreditar em um modelo aditivo de identidade é afirmar que o sujeito é uma soma de identidades-base que existem simplesmente independentes, lado a lado, uma das outras (Sullivan, 2003), ou seja, identidade não é uma soma de caixas ou cubículos que existem sem ligação uns com os outros, como sexualidade, gênero, raça e classe social. Identidade é um fluxo entre esses diversos aspectos, ou seja, identidade é um processo (Anzaldúa, 1991).

O modelo aditivo de identidade não considera o caráter complexo, múltiplo e até mesmo contraditório das subjetividades. Ele não explica porque ser posicionado como homem negro homossexual é significantemente diferente de ser posicionado como homem negro heterossexual. Além disso, não se pode afirmar que o homem negro homossexual é duplamente oprimido por ser negro e homossexual, enquanto que o homem branco heterossexual seria apenas singularmente oprimido por ser negro. A experiência vivida pelos sujeitos são significativamente diferentes, pois raça e sexualidade, entre outros componentes, inflectem e/ou infundem uma na outra de uma forma não determinística e imprevisível (Sullivan, 2003). Portanto, identidades sexuais e raciais são sistemas de significado e entendimento que atuam juntos em um processo autoformativo em que a raça atua, define e constitui a sexualidade, e vice-versa (Barnard, 1999). Com isso, a teoria *queer* destrói as noções de que o sujeito é autônomo e que tem um *self* coerente, como também não acredita que o sujeito é uma coleção de diversas identidades que existem e atuam em caixas isoladas e autônomas (Gamson, 2003).

Desta forma, identidades são discursivamente constituídas por processos contínuos, ou seja, em movimentos constantes e ininterruptos de construção e desconstrução pelos quais as diversas expressões identitárias possíveis constituem-se por meio de afetos simultâneos, conjuntos e múltiplos, sem hierarquia entre elas, o que significa afirmar que não há uma identidade que existe *a priori* das demais ou que atue como base para outras identidades. Assim, não se pode afirmar que o sujeito é apenas um determinado número de identidades bases, como, por exemplo, deficiente, indígena, operária e mãe lésbica, e nem que, nesse exemplo específico, esse sujeito seria quatro vezes oprimido (Sullivan, 2003). Essa lógica aditiva de opressão não reconhece as implicações e intersecções entre essas identidades e nem que ser posicionado em uma identidade específica acima das demais é significativamente diferente de ser posicionado em outra. Identidades são performativas e instáveis, e não faz sentido supor que identidades entre sujeitos classificados em categorias idênticas sejam iguais (McDonald, 2013). Todas as identidades são fluídas, e o produto dos diversos elementos que as constituem não pode ser previsto de antemão.

Entretanto, a teoria *queer* não abandona o uso de categorias identitárias, mas busca manter essas categorias permanentemente abertas e seus significados contestáveis de acordo com o papel político que exercem (Seidman, 1996). Somente considerando as identidades múltiplas, processuais, políticas, abertas e instáveis é que outras formas de subjetividades e existências podem emergir. Por isso que a crítica ao sujeito é central para o ativismo da política *queer* (Butler, 1993a). Portanto, a teoria *queer* não é contrária ao uso de categorias identitárias, mas declara que “por mais que os termos de identidade devam ser usados ... essas mesmas noções devem tornar-se sujeitas às críticas das operações de exclusão que elas mesmas produzem” (Butler, 1993a, p. 19, tradução nossa). O que Butler (1993a) quer afirmar é que o problema não é o uso de termos que denominam ou expressam determinadas categorias identitárias, como homossexual, heterossexual, homem, mulher, dentre outros, mas o que ela critica é o uso desses termos como se representassem categorias universais, essenciais, a-históricas, apolíticas e estáveis, não se trazendo para o debate as exclusões que tais categorias produzem. Por isso que Butler (1993a, p. 21, tradução nossa) afirma que “identidade é um erro necessário”.

Entretanto, a desconstrução política de categorias identitárias “não deve paralisar o uso de tais termos, mas, idealmente, estender suas extensões, fazendo-nos considerar a que expensas e para quais propósitos os termos são usados, e através de quais relações de poder tais categorias têm sido forjadas” (Butler, 1993a, p. 20, tradução nossa). Teoria *queer* é a desestabilização e não a destruição ou o abandono do uso de categorias identitárias. Contudo, para atingir esse intento não é somente necessário reconceitualizar os conteúdos das categorias identitárias, mas sempre considerar a natureza interseccional e política das próprias identidades (Cohen, 1997), pois identidade é um local não fixo de

lutas, engajamentos e contestações (Jagose, 1996), ou seja, identidade é um processo contínuo, sempre em construção e desconstrução. Assim, desnaturalizar e desconstruir identidades não é minimizar a significância das categorias em si, mas problematizá-las, historicizá-las e contextualizá-las ao invés de considerá-las naturais, universais ou simples termos descritivos (Jagose, 1996). Contudo, a desconstrução de categorias identitárias somente pode ser feita com a desconstrução do sujeito Iluminista/Humanista universal (Butler, 1993a).

Identidades são problemáticas porque são imbebidas em vários paradoxos sobre a nossa percepção do *self* e nosso reconhecimento dos outros, fazendo com que a identidade seja algo coletivo, mas, que ao mesmo tempo, aproxima e separa sujeitos (Weeks, 1995). Para a teoria *queer*, a estrutura jurídica, a linguagem e a política constituem e limitam a matriz contemporânea de poder, e não há posição fora dessa matriz; entretanto, há a possibilidade de uma crítica genealógica de suas próprias práticas legitimadoras. Portanto, a tarefa mais importante para a teoria *queer* é formular, dentro dessa matriz contemporânea de poder, uma crítica das categorias de identidade que a linguagem e as estruturas jurídicas engendram, naturalizam e imobilizam (Butler, 1990). O importante para a teoria *queer* é mobilizar a proliferação subversiva das “categorias constitutivas que buscam manter gênero [ou qualquer outra forma de identidade] em seu lugar ao posicioná-lo como uma ilusão fundacional de identidade” (Butler, 1990, p. 46, tradução nossa).

Desta forma, a teoria *queer* valoriza a historicidade e a contingência de uma determinada identidade exatamente para deixá-la ser derrotada por aqueles sujeitos que são excluídos pelo mesmo termo que é empregado para definir e delimitar as fronteiras dessa identidade, mas sujeitos estes que, ao mesmo tempo, também esperam ser representados por essa identidade (Butler, 1993a). Assim, as identidades não são universais, unificadas, essenciais, estáveis e binárias. A teoria *queer* repudia as categorizações binárias ao enfatizar o caráter interseccional, fragmentado, complexo e múltiplo das identidades. A afirmação de que a teoria *queer* combate o sujeito universal e binário Iluminista/Humanista, e nos remete a outras questões: o que é o sujeito para a teoria *queer*? Por quais processos o indivíduo se constitui como sujeito? Assim, a próxima sessão pretende responder a essas questões ao debater o que é sujeito para a teoria *queer*.

Sujeito, Identificação e Performatividade

Para a teoria *queer*, a ideia de que sujeitos e objetos têm autonomia por meio de autonomeação pelo discurso é um conceito presentista forjado pelo Humanismo. Um conceito presentista acredita que o sujeito chega ao mundo e, no discurso, sem uma história, ou seja, o sujeito se constitui pela capacidade que o mesmo traz consigo para nomear a si mesmo e os outros, na qual a linguagem expressa apenas um desejo ou escolha individual ao invés de uma complexa história constitutiva de poder (Butler, 1993a). A teoria *queer* rompe com essa concepção voluntarista de sujeito, enxergando-o sempre como provisional, circunstancial, fragmentado e contingenciado pelos discursos (Miskolci, 2009b).

Desta forma, a principal tarefa genealógica é examinar as formas randômicas, provisionais e descontínuas pelas quais o poder funciona, analisando como resultado as formas de identidade/subjetividade que são discursivamente construídas (Sullivan, 2003). As concepções fundacionistas, voluntaristas e presentistas de sujeito são meras ficções (Butler, 1990). Autores *queer* (Butler, 1990, 1993a, 1993b; Halperin, 1995; Jagose, 1996; Sedgwick, 2008; Seidman, 1996) declaram que o sujeito não é o executor do executado, nem a origem da matriz de poder ou de uma ação específica exatamente para evitar o conceito voluntarista de sujeito presente no Iluminismo/Humanismo. O sujeito não é livre para decidir e agir fora das próprias relações de poder e discursos que o constituem como sujeito. Pelo contrário, são os processos de nomeação e categorização que operam pelo discurso que produzem alguém como um sujeito viável. Portanto, o discurso “tem uma história que não somente precede, mas condiciona seus usos contemporâneos, e ... esta história efetivamente descrenta a visão presentista de sujeito como a origem exclusiva e proprietário do que é dito” (Butler, 1993a, p. 19, tradução nossa). Onde se vê um **Eu** proferindo ou falando algo, há primeiramente um discurso que

habilita e permite que esse **Eu** fale, portanto, “não existe um ‘Eu’ que está por trás do discurso e executa sua vontade ou deseja através do discurso” (Butler, 1993a, p. 18, tradução nossa). Por isso que

paradoxalmente, a condição discursiva de reconhecimento social *precede e contingencia* a formação do sujeito: reconhecimento não é conferido pelo sujeito, mas forma o sujeito. Além disso, a impossibilidade de completo reconhecimento, ou seja, de cada vez habitar totalmente o nome pelo qual a identidade social de alguém é inaugurada e mobilizada, implica na instabilidade e incompletude da formação-sujeito (Butler, 1993a, p. 18, grifos originais, tradução nossa).

Dessa forma, o sujeito não está livre ou fora das normas discursivas, mas ele é produzido pela constante repetição dessas normas, ou seja, são essas normas que transformam os indivíduos em sujeitos (Butler, 2004). Assim, liberdade, possibilidade e agência do sujeito não têm um *status* abstrato ou pré-social, mas são renegociadas a todo tempo dentro de uma matriz de poder (Butler, 1993a). Os indivíduos são ligados a uma identidade em um processo de identificação, ou seja, os indivíduos são compelidos pelas normas discursivas a identificarem-se na ordem simbólica, buscando por um reconhecimento compulsório nessa ordem para tornarem-se sujeitos. Devido a isso, sem reconhecimento no discurso, “é impossível existir como um ser humano” (Lee, Learmonth, & Harding, 2008, p. 151) e as normas que permitem reconhecimento produzem, ao mesmo tempo, categorias de sujeitos normais e anormais. Portanto, normas são “categorias percebidas como tão naturais que frequentemente é difícil reconhecê-las” (Lee *et al.*, 2008, p. 153).

Entretanto, a identificação em elementos da ordem simbólica nunca é completa (Kenny, 2012). Para o sujeito, a ordem simbólica apresenta-se como possuindo estabilidade, unidade e certeza, mas, de fato, ela é repleta de discrepâncias e instabilidades. Em consequência dessas discrepâncias e instabilidades, a ordem simbólica produz um *self* sempre dividido, incompleto e em constante luta. Devido à incompletude do *self*, o sujeito falha em conseguir o completo reconhecimento, compelindo-o sempre a estar constantemente buscando e desejando o reconhecimento, ao mesmo tempo em que essa busca declara a impossibilidade de realização do sujeito. Entretanto, o sujeito não tem a opção de existir fora da ordem simbólica e, apesar das falhas para realizar o reconhecimento, é melhor existir em subordinação a essa ordem do que não existir como sujeito (Kenny, 2012; Lee *et al.*, 2008).

Por isso que, em relação a identidades de gênero, Butler (1993a, p. 23, tradução nossa) afirma que “feminilidade não é o produto de uma escolha, mas a forçosa citação de uma norma, pelas quais a historicidade complexa é indissociável das relações de disciplina, regulação, punição”. A autora ainda declara que, de fato, “não existe ‘sujeito’ que assume uma norma de gênero. Pelo contrário, essa citação de normas de gênero é necessária para qualificar-se como ‘sujeito’, para tornar-se viável como ‘sujeito’” (Butler, 1993a, p. 23). Em outras palavras, identificação não é um ato deliberado do sujeito ou uma escolha consciente. Não é o sujeito que se identifica com algo, mas é a repetição das normas que compele, conduz e obriga o indivíduo a se identificar com a ordem simbólica para que o mesmo possa existir como sujeito. Assim, a performatividade, processo pelo qual as normas são constantemente repetidas, merece um destaque especial e será aqui analisada.

O desejo por reconhecimento suporta a *performance* do sujeito na teoria *queer* (Tyler & Cohen, 2008). A construção de categorias que organizam a identidade demanda um processo contínuo e repetitivo de recitação que produz categorias como biologicamente, linguisticamente ou socialmente naturais, pois as “repetições compulsórias que governam a identidade são uma forma de regulação social, os vários atos da identidade não são expressivos, mas performativos” (Tyler & Cohen, 2008, p. 117, tradução nossa) e, porque os atos são constantemente repetidos, as identidades recitadas aparecem como naturais. Entretanto, a repetição não é performada pelo sujeito, mas é a repetição que “inicia o indivíduo para o status sujeitado de sujeito” (Butler, 1993b, p. 121). Mas, nesse processo, o sujeito “não somente recebe reconhecimento, mas alcança também uma certa ordem de existência social em ser transferido de uma região exterior de indiferente, questionável, ou impossível ser para o domínio discursivo ou social de sujeito” (Butler, 1993b, p. 121, tradução nossa).

Portanto, performatividade não é um ato singular ou deliberado do sujeito. Performatividade não é um ato intencional ou consciente de uma pessoa e não tem suas origens em alguém, pelo contrário,

seus fundamentos estão no poder vinculado relacionado ao discurso. O sujeito emerge no mundo que tem normas culturais, históricas e sociais que circulam por meio do discurso. Esses discursos manifestam a matriz de inteligibilidade e eles atuam com um *background* que forja o sujeito pelas práticas sociais constantemente repetidas. Assim, performatividade é construída pela repetição de um conjunto específico de práticas. O conceito de performatividade torna-se mais fácil de compreender quando o materializamos em uma categoria identitária específica, como gênero, conforme se diz a seguir:

Gênero é performativo na medida em que é o efeito de um regime regulatório das diferenças de gênero em que os gêneros são divididos e hierarquizados sob restrições. Restrições sociais, tabus, proibições, ameaças de punição operam na repetição ritualizada de normas, e essa repetição constitui a cena temporalizada de construção e desestabilização de gênero. Não há sujeito que precede ou promulga esta repetição de normas. Na medida em que essa repetição cria um efeito de uniformidade de gênero, um efeito estável de masculinidade ou feminilidade (Butler, 1993a, p. 21).

Portanto, performatividade funciona como uma rede de premiações e punições que confere e afirma um poder vinculado sobre a ação performada que acontece e é operada por meio do discurso. Na citação anterior, gênero é performativo não porque é algo que o sujeito deliberadamente e divertidamente assume, mas porque através da sua reiteração ele consolida o sujeito, ou seja, performatividade é a pré-condição do sujeito (Jagose, 1996). Assim, performatividade é a pré-condição que constitui e produz a ação do sujeito. Em outras palavras, “performatividade não é nem um jogo livre e nem uma auto representação teatral, nem pode ser simplesmente equiparada com performance” (Butler, 1993b, p. 95, tradução nossa). Portanto, a performatividade não pode ser reduzida à verdade psicológica interna e escondida ou a uma aparência externa (Butler, 1993a). Essa é exatamente a diferença entre performatividade e *performance*, abaixo exemplificadas:

Em nenhum sentido pode-se concluir que a parte do gênero que é performada é, portanto, a ‘verdade’ do gênero; performance como ‘ato’ vinculado é distinguido de performatividade na medida em que esta última consiste em uma reiteração de normas as quais precedem, compelem, excedem o performador [executor da ação] e nesse sentido não pode ser tomado como fabricada pelo ‘desejo’ ou ‘escolha’ do performador; além disso, o que é ‘performado’ funciona para esconder, se não repudiar, o que permanece opaco, inconsciente, imperformável. A redução da performatividade para performance seria um erro (Butler, 1993a, p. 24, tradução nossa).

Portanto, a performatividade não são as normas em si ou a origem das mesmas, mas precisa ser pensada simplesmente como o processo que regula a repetição de normas (Butler, 1993b), sendo que essa repetição não é performada pelo sujeito. Repetição é o que permite, capacita e produz o sujeito. Performatividade, por sua vez, não é um ato singular performado por um sujeito, mas a condição temporal para o sujeito existir, ou seja, é o processo pelo qual o sujeito é constituído como sujeito pela reiteração de normas. Comportamentos e ações parecem ser reais, normais e naturais porque o sujeito é performativamente induzido a realizar *performances* de acordo com as normas e as convenções sociais (Lovaas & Jenkins, 2007).

A performatividade é construída por ficções regulatórias que ordenam e organizam nossas vidas ao mesmo tempo em que tornam possível o ordenado e o organizado serem considerados naturais e corretos (Lee *et al.*, 2008). Em outras palavras, performatividade regula a repetição de normas discursivas que são vistas como seu produto, mas que de fato não são seu produto. Pelo contrário, as normas são o que constituem e permitem a performatividade existir (Butler, 1993a). Devido a isso, as normas que regulam as condições e as possibilidades pelas quais o sujeito pode emergir como sujeito oferecem para o indivíduo as possibilidades de categorias identitárias que são reconhecíveis e possíveis em um determinado tempo e espaço. Enfim, a performatividade constitui as possíveis performances que podem ser promulgadas em um contexto específico.

Entretanto, a necessidade de constante repetição das normas na construção do sujeito demonstra exatamente a ineficácia dessas normas. Ninguém segue completamente a performatividade requerida pelas normas e, conforme dito anteriormente, sempre há a impossibilidade de alguém reconhecer-se

completamente na inteligibilidade da ordem simbólica produzida pela matriz de poder, afirmando ainda mais a instabilidade e a incompletude do sujeito. De fato, as práticas compulsórias constantemente reiteradas pela performatividade são reguladas por normas, mas essas normas não podem ser concebidas como determinísticas na formação do sujeito. Por isso, é impossível que a repetição de uma ação ocorra da mesma forma que antes performada (Sullivan, 2003).

Apesar da constante citação repetida de normas, uma *performance* sempre escapa de sua identidade **ideal** porque “a performance contínua de identidade envolve meramente uma citação repetida de, ou um ‘objetivo de’ uma ideia de um estado ideal, que realmente não existe” (Kenny & Euchler, 2012, p. 310), ou seja, *performance* é uma fantasia de uma fantasia (Butler, 1990). Exatamente por isso, todas as *performances* demonstram a contingência da identidade e o potencial de mudança e subversão contida no que é performado. *Performance* não é uma ato mimético ou uma (re)encenação, pois toda repetição é instável e abre a possibilidade de subversão da matriz de poder com sua lógica de inteligibilidade. Portanto, uma identificação específica já traz consigo suas instabilidades e riscos, ou seja, toda relação de poder traz consigo suas possibilidades de resistência e subversão, o que prova que as possibilidades de subversão não são externas a ela.

Portanto, a teoria *queer* não considera que o sujeito seja passivo ou determinado por uma matriz de poder. A constante recomposição da subjetividade não é um processo determinístico e nem uma soma de identidades cristalizadas. Em outras palavras, nos processos de subjetivação, a subjetividade produzida pode escapar de seus impasses repetitivos e determinísticos, pois os sujeitos não são apenas recipientes passivos na construção de suas identidades, mas são agentes ativos, embora frequentemente inconscientes, por meio de suas práticas (Lovaas & Jerkins, 2007). Contudo, apesar dessa **falha** em toda matriz de poder, para as pessoas **existirem** como seres humanos, elas são forçadas a identificarem-se de acordo com as normas sociais que produzem identidades. Somos a todo tempo compelidos a buscar uma identificação para escapar da dor e da violência associadas ao ser deixado de fora das categorias normativas (Kenny & Euchler, 2012).

O fato da teoria *queer* ter uma forte relação com o estudo de identidades, principalmente identidades desvalorizadas pela matriz de inteligibilidade contemporânea, tais como mulheres, homossexuais, transgêneros e negros; faz com que muitas vezes o termo *queer* seja erroneamente interpretado como sendo uma identidade sexual específica ou significando minorias. É este ponto que o próximo tópico esclarece.

***Queer* Não É uma Identidade**

Devido à estrita relação que a teoria *queer* tem com o estudo de sexualidade, é comum muitos trabalhos organizacionais usarem o termo *queer* como significando identidade sexual. Sob este aspecto, tais estudos usam a palavra *queer* de três maneiras: (a) um termo **guarda-chuva**, que representa todos os tipos de sexualidades presentes no acrônimo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) (Adams, 2012; Baines, 2010b; Litvin, 2008; Richardson & McGlynn, 2011; Rosenbaum, Walsh, & Wozniak, 2012; Schmidt, Githens, Rocco, & Kormanik, 2012); (b) significando uma nova identidade sexual específica representada pela letra Q na sigla LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e *Queer*) (Hill, 2009; Kesetovic, 2009; Taylor, Mallinson, & Bloch, 2008; Willis, 2012); ou (c) as duas maneiras ao mesmo tempo (Gates, 2012).

A **teoria queer** tem sido usada inapropriadamente como sinônimo de qualquer abordagem intelectual que estuda gays, lésbicas, travestis, transexuais, *drag queens* e *kings* (Quinn & Sinfield, 2006), significando qualquer estudo sobre minorias sexuais. Contudo, isto é um equívoco porque a teoria *queer* não estuda somente sexualidades e nem todos os estudos sobre sexualidades têm relação com a teoria *queer*. Para que um estudo sobre sexualidade seja considerado *queer*, é necessário principalmente que ele seja fundamentalmente transgressor as normas e a inteligibilidades hegemônicas (Quinn & Sinfield, 2006), pois a teoria *queer* interroga a relação entre desejo e identidade, ou seja, ela está

primeiramente interessada em problematizar como categorias sexuais passam a ser consideradas identidades estáveis (Watson, 2005).

Portanto, a teoria *queer* não pode ser vista como o estudo de uma população gay ou lésbica, por exemplo. A teoria *queer* problematiza os processos de categorizações sexuais, enfatizando suas desconstruções e não o estudo de uma população específica, principalmente porque as pesquisas que estudam populações presumem que a população estudada tem uma identidade estável e fixa que se manifesta em seus participantes (Seidman, 1996; Watson, 2005), algo que a teoria *queer* repudia ao considerar as identidades fragmentadas e incompletas. Além disso, o fato de que, nos Estados Unidos, o modelo patrão a ser seguido para todas as minorias é o modelo racial ou étnico contribui ainda mais para a construção de um modelo de diversidade sexual baseado no conceito de populações raciais ou étnicas universais e estáveis (Warner, 1993). Entretanto, a teoria *queer* enfatiza os múltiplos sistemas de opressão que estão em operação e questiona como esses sistemas utilizam categorias e identidades institucionalizadas para regular e socializar os sujeitos (Cohen, 1997).

Assim, a teoria *queer* não pode ser entendida como sendo apenas o estudo de minorias. *Queer* é uma abordagem política ao invés de uma identidade inata e natural de gays, lésbicas, negros, mulheres, dentre outras (Halperin, 1995). Para que a teoria *queer* mantenha seu potencial radical, a palavra *queer* precisa ser entendida como um termo crítico ao invés de ser meramente solidificado como sendo um novo rótulo, categoria ou identidade aceitável (Jagose, 1996). Em outras palavras, a teoria *queer* não estuda somente minorias, mas, ao invés disso, ela é “um estudo de todos os saberes e práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo” (Seidman, 1996, p. 13).

Para evitar os problemas da associação do termo *queer* com uma identidade específica, é necessário pensar a teoria *queer* como um **verbo** (ações) ao invés de um **substantivo** (identidades). Em outras palavras, a teoria *queer* é um verbo, um projeto de ação política, e não apenas o estudo de minorias ou uma identidade específica (Johnson, 2008; Sullivan, 2003). *Queer* não é uma nova gíria para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, ou seja, *queer* não é um novo rótulo para velhas caixas de identidades ou um grande termo guarda-chuva que abarcaria todas as sexualidades contidas no termo LGBT. “Neste sentido, *queer* precisa ser entendido como uma prática desconstrutiva que não é efetuada por um sujeito já constituído, e que, por sua vez, não suprirá o sujeito com uma identidade nomeável” (Sullivan, 2003, p. 50).

Portanto, *queer* não é uma nova identidade sexual específica ou um termo guarda-chuva para todas as minorias sexuais. É óbvio que a teoria *queer* é uma abordagem apropriada para se analisar quaisquer formas de identidades que são categorizadas pelas relações de poder e saber como minorias. Entretanto, isto não significa que a teoria *queer* deva ser considerada uma abordagem que estude somente minorias, pois a teoria *queer* tem o potencial de estudar tanto o que é considerado anormal quanto normal (Sedgwick, 2008). Neste sentido, a teoria *queer* é uma abordagem apropriada para estudar as práticas que organizam a sociedade como um todo. Para que a teoria *queer* mantenha seu potencial crítico ela necessita acumular múltiplos significados e não ser apenas “uma forma resumidamente útil de falar sobre todas as experiências gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros” (Seidman, 1996, p. 11, tradução nossa).

De fato, usar o termo *queer* como uma caixa identitária ou um guarda-chuva que significaria somente minorias reforça, “ao invés de desconstruir, as formas pelas quais identidade e diferença são construídas em termos de oposições binárias, de nós e eles – oposições às quais nunca são neutras, mas são sempre hierárquicas” (Sullivan, 2003, p. 45, tradução nossa). Além disso, conforme já salientado, outro problema em usar a teoria *queer* como uma caixa ou guarda-chuva para identidades sexuais faz com que o termo *queer* seja equivocadamente entendido como uma identidade (substantivo) ao invés de um verbo ou de uma ação política.

Assim, entender *queer* como uma identidade sexual é estabilizar categorias identitárias e reforçar a binariedade entre elas ao invés de desestabilizá-las (Cohen, 1997). Portanto, quando *queer* é usado como significando, um grande guarda-chuva para gays, lésbicas, transexuais, travestis e *drags* “reforça simples dicotomias entre heterossexuais e tudo ‘queer’”. Um entendimento sobre as formas pelas quais

o poder informa e constitui sujeitos privilegiados e marginalizados em ambos os lados desta dicotomia permanece não examinada" (Cohen, 1997, p. 438, tradução nossa). Por isso que, na teoria *queer*, a análise dos processos de normalização não está apenas relacionada com a produção do anormal, mas também com a produção do normal, procurando desafiar qualquer forma de identidades normativas (Sullivan, 2003). As categorias normal e anormal resultam de processos de normalização e ambas precisam ser problematizadas e, sendo a teoria *queer* uma analítica dos processos de normalização, é necessário não apenas estudar identidades que aparentemente rompem com as normas, mas focar nos processos de normalização que simultaneamente produzem o hegemônico e o subalterno, o normal e o anormal (Miskolci, 2009b).

Portanto, *queer* não significa um novo nome para gays ou lésbicas, ou seja, *queer* não é uma caixa nova para velhas identidades. *Queer* também não é um termo guarda-chuva para um conjunto de minorias sexuais expressas no acrônimo LGBT. Aliás, *queer* não se restringe ao estudo de sexualidades culturalmente consideradas anormais, mas analisa tanto identidades estabelecidas como normais e anormais. Além disso, o mais importante é que *queer* estuda qualquer forma de produção identitária, não se restringindo somente a identidades sexuais. A capacidade dos conceitos da teoria *queer* serem aplicados a diversas outras formas de identidades faz dela uma abordagem com potencial de aplicação, inclusive em identidades organizacionais, aspecto este que será salientado a seguir nas conclusões deste artigo.

Queering Identidade nos Estudos Organizacionais: Algumas Considerações Finais

Após terem-se debatido os significados da teoria *queer* e os principais conceitos sobre identidade, sujeito, identificação e performatividade nos estudos *queer*, resta enfatizar as contribuições para os estudos organizacionais sobre o uso desses conceitos relacionados à pesquisa sobre identidade. Para cumprir esse intento, duas contribuições/aplicações da teoria *queer* pouco explorados pelos estudos organizacionais de identidades são salientadas: (a) análise sobre identidades hegemônicas; e (b) estudos de outras formas identitárias que não estejam diretamente relacionadas a sexualidade e gênero.

Conforme demonstrado, a teoria *queer* tem como ponto central problematizar todas as categorias de identidades (Turner, 2000) e não somente identidades culturalmente consideradas minoritárias. A teoria *queer* preocupa-se com os processos de normalização que produzem, em uma lógica binária, tanto o normal quanto o anormal. Portanto, é necessário que os estudos organizacionais expandam as fronteiras e os limites do uso da teoria *queer* para além do estudo de minorias, como gays, lésbicas, transexuais, negros e mulheres, pesquisando também identidades hegemônicas. Os estudos organizacionais não podem limitar o uso da teoria *queer* a apenas o estudo de minorias, mas, por meio desses conceitos, podem-se analisar identidades hegemônicas naturalizadas como padrão e normais, tais como heterossexuais, homens e caucasianos, dentre outras.

Somente procedendo dessa forma, a lógica binária nós-eles pode ser interrompida. Todas as formas de identidades necessitam ser entendidas como dispositivos de poder que organizam a sociedade por meio do estabelecimento de sistemas hegemônicos de lógica binária sobre o que é normal e o que é anormal, construindo categorias discursivas, identidades e hierarquias entre sujeitos. Em outras palavras, a teoria *queer* "nos oferece um método para imaginar, não alguma fantasia de um lugar qualquer, mas alternativas aos sistemas hegemônicos existentes" (Halberstam, 2011, p. 89, tradução nossa). Exatamente devido ao senso comum depender profundamente desses sistemas hegemônicos para produzir normas e, consequentemente, o normal e o anormal, a teoria *queer* não pode se restringir apenas ao estudo de categorias anormais de sujeitos produzidas por esses sistemas, mas deve ser estendida a todas as formas de identidades produzidas. Somente procedendo-se dessa maneira, os sistemas hegemônicos com suas lógicas binárias podem ser problematizados e interrompidos.

Sendo identidade um processo de identificação e desidentificação na busca por reconhecimento em categorias identitárias discursivamente construídas, as identidades são categorias de saber e poder

operadas pelo discurso nas quais a linguagem trabalha como um processo normativo que molda subjetividades (Seidman, 1996). Neste sentido, o conceito de identidade presente na teoria *queer* pode ser estendido para identidades laborais, ou seja, identidades profissionais construídas no ambiente laboral. “Como [a teoria] *queer* não é alinhada a nenhuma categoria de identidade específica, ela tem o potencial para ser anexada de forma rentável para qualquer número de discussões” (Jagose, 1996, p. 2, tradução nossa). Portanto, a teoria *queer* “retém, ... um potencial único como um lugar necessariamente não fixo de comprometimentos e contestações” (Jagose, 1996, p. 129, tradução nossa) e expandir o potencial de contestação identitária para problematizar identidades consideradas naturais, normais e estabelecidas é o principal objetivo da teoria *queer*.

Assim, a teoria *queer* “descreve um horizonte de possibilidade que sua extensão precisa e escopo heterogêneo não pode em princípio ser delimitado antecipadamente” (Halperin, 1995, p. 62) e, estando a teoria *queer* no campo magnético da identidade, todas as formas de identidades devem ser vistas como construídas e contidas por múltiplas práticas de categorização e regulação (Cohen, 1997) e, como sendo fluídas, heterogêneas, políticas e até mesmo paradoxais (Lovaas & Jenkins, 2007) em um eterno vir a ser (*becoming*). Portanto, os conceitos *queer* relacionados a identidade, performatividade, identificação e *performance* podem ser aplicados a estudos relacionados à construção de identidades no trabalho. Sobre isto, tornar-se um gerente ou um operário precisa ser entendido como um processo de identificação discursiva pelo qual a construção da identidade é permeada pela constante repetição de normas (performatividade) que moldam as *performances* de gerentes e trabalhadores. Essas identidades não são fixas e estáveis, mas são fragmentadas e acabam funcionando em uma lógica binária que produz hierarquias dentro das organizações e estabelecem tanto o que é um gerente e um trabalhador normal/padrão ou anormal em tempo e lugares específicos. Problematizar estas identidades é também problematizar a lógica capitalista, rompendo com noções funcionalistas de identidades laborais naturais e apolíticas.

Portanto, a teoria *queer* traz novas possibilidades para analisar as normas culturais e organizacionais que produzem identidades laborais, pois ao “desafiar a ontologia da sexualidade a QT [Queer Theory] oferece uma maneira de desafiar outras ontologias” (Lee *et al.*, 2008, p. 151). A principal uso da teoria *queer* em *queering* as categorias de gênero e sexualidade demonstra a possibilidade e a capacidade dela de confrontar outras categorias de identidades, tais como gerente, trabalhador e empreendedor (Lee *et al.*, 2008; Phillips & Knowles, 2012). Conceitos de performatividade e *performance* são úteis para se entender todas as formas de construção identitária e abrem um caminho interessante para se explorar identidades e identificação não apenas relacionadas a gênero e sexualidade, mas, inclusive, a identidades ocupacionais e corporativas (Phillips & Knowles, 2012).

Por fim, apesar de se ter demonstrado que os conceitos *queer* aqui apresentados têm a capacidade de serem utilizados para além do estudo de minorias, gênero e sexualidade, principalmente na análise de identidades hegemônicas e identidades ocupacionais/corporativas, isto não significa que eles se restringem somente a essas aplicações nos estudos organizacionais. O futuro da teoria *queer* nos estudos organizacionais não pode ser de antemão previsto devido à historicidade, à fluidez e à dinâmica dos conceitos apresentados.

Referências

- Adams, K. F. (2012). The discursive construction of professionalism: an episteme of the 21st century. *Ephemera: Theory and Politics in Organization*, 12(3), 327-343.
- Alós, A. P. (2010). Narrativas da sexualidade: pressupostos para uma poética *queer*. *Estudos Feministas*, 18(3), 837-864. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300011>

- Andrade, L. F. S., Macedo, A. S., & Oliveira, M. L. S. (2014). A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração [Edição Especial]. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(6), 48-75. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n6p48-75>
- Anzaldúa, G. (1991). To(o) queer the writer: loca, escrita y chicana. In B. Warland (Ed.), *Versions: writing by dykes, queers and lesbians* (pp. 249-263). Vancouver: Press Gang.
- Baines, D. (2010a). Gender mainstreaming in a development project: intersectionality in a post-colonial un-doing? *Gender, Work and Organization*, 17(2), 119-149. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2009.00454.x>
- Baines, D. (2010b). In a different way: social unionism in the nonprofit social services – An Australian/Canadian comparison. *Labor Studies Journal*, 35(4), 480-502. <http://dx.doi.org/10.1177/0160449X10365543>
- Barnard, I. (1999). Queer race. *Social Semiotics*, 9(2), 199-212. <http://dx.doi.org/10.1080/10350339909360432>
- Beckett, C. (2012). Silence in the sexual agenda of a UK probation service. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 31(8), 753-767. <http://dx.doi.org/10.1108/02610151211277617>
- Billing, Y. D. (2011). Are women in management victims of the phantom of the male norm? *Gender, Work and Organization*, 18(3), 298-317. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2010.00546.x>
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200005>
- Brewis, J., Hampton, M. P., & Linstead, S. (1997). Unpacking Priscilla: subjectivity and identity in the organization of gendered appearance. *Human Relations*, 50(10), 1275-1304. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1016982423169>
- Brumer, A. (2009). Gênero, família e globalização. *Sociologias*, 11(21), 14-23. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100002>
- Bryant, A. (2003). Querying queer theory again (or queer theory as drag performance). *Journal of Homosexuality*, 45(24), 349-352. http://dx.doi.org/10.1300/J082v45n02_19
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Classics.
- Butler, J. (1993b). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1993a). Critically queer. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 1(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1215/10642684-1-1-17>
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Oxfordshire: Routledge.
- Calás, M., Ou, H., & Smircich, L. (2013). "Woman" on the move: mobile subjectivities after intersectionality. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 32(8), 708-731. <http://dx.doi.org/10.1108/EDI-05-2012-0037>
- Cerqueira, P. R., & Souza, E. M. (2015). Laclau, sexualidades e os corpos: análise das subjetivações ursinas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 267-279. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p267>

- César, M. R. A. (2009). Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar em Revista*, (35), 37-51. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004>
- Chidiac, M. T. V., & Oltramari, L. C. (2004). Ser e estar *drag queen*: um estudo sobre a configuração da identidade *queer*. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 471-478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300009>
- Cohen, C. J. (1997). Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics? *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 3(4), 437-465. <http://dx.doi.org/10.1215/10642684-3-4-437>
- Costa, C. L., & Ávila, E. (2005). Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Estudos Feministas*, 13(3), 691-703. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300014>
- Du Gay, P. (2007). *Organizing identity: persons and organizations after theory*. London: SAGE Publications.
- Duque, T. (2012). Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência. *Estudos Feministas*, 20(2), 489-500. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200010>
- Edwards, T. (2005). Queering the pitch? Gay masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men and masculinities* (pp. 51-68). Thousand Oaks, London, Panchshell Enclave: Sage Publications.
- Fernandes, E. R. (2015). Ativismo homossexual indígena: uma análise comparativa entre Brasil e América do Norte. *DADOS Revista de Ciências Sociais*, 58(1), 257-294. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201544>
- Franco, N., & Cicillini, G. A. (2015). Professoras *trans* brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
- Gamson, J. (2003). Sexualities, queer theory, and qualitative research. In N. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The landscape of qualitative research: theories and issues* (pp. 540-568). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Gardiner, J. K. (2005). Men, masculinities and feminist theory. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R. w. Connell (Eds.), *Handbook of studies on men & masculinities* (pp. 35-50). California: Sage Publications.
- Gates, T. G. (2012). Why employment discrimination matters: well-being and the queer employee. *Journal Workplace Rights*, 16(1), 107-128. <http://dx.doi.org/10.2190/WR.16.1.g>
- Gurrieri, L., & Cherrier, H. (2013). Queering beauty: fatshionistas in the fatosphere. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 16(3), 276-295. <http://dx.doi.org/10.1108/13522751311326107>
- Halberstam, J. (2005). *In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press.
- Halberstam, J. (2011). *The queer art of failure*. Durham and London: Duke University Press.
- Halperin, D. M. (1995). *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. Oxford: Oxford University Press.
- Halperin, D. M. (2003). The normalization of queer theory. *Journal of Homosexuality*, 45(24), 339-343. http://dx.doi.org/10.1300/J082v45n02_17

- Harding, N., Lee, H., Ford, J., & Learmonth, M. (2011). Leadership and charisma: a desire that cannot speak its name? *Human Relations*, 64(7), 927-949. <http://dx.doi.org/10.1177/0018726710393367>
- Hill, R. J. (2009). Incorporating queers: blowback, backlash, and other forms of resistance to workplace diversity initiatives that support sexual minorities. *Advances in Developing Human Resources*, 11(1), 37-53. <http://dx.doi.org/10.1177/1523422308328128>
- Jagose, A. R. (1996). *Queer theory: an introduction*. New York: New York University Press.
- Johnson, E. P. (2008). Queer theory. In T. C. Davis (Ed.), *The Cambridge companion to performance studies* (pp. 166-181). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kenny, K. (2012). 'Someone big and important': identification and affect in an international development organization. *Organization Studies*, 33(9), 1175-1193. <http://dx.doi.org/10.1177/0170840612448156>
- Kenny, K., & Euchler, G. (2012). 'Some good clean fun': humour, control and subversion in an advertising agency. *Gender, Work and Organization*, 19(3), 306-323. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2012.00594.x>
- Kesetovic, Z. (2009). Understanding diversity in policing: Serbian perspectives. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 32(3), 431-445. <http://dx.doi.org/10.1108/13639510910981590>
- King, A. (2016). Queer categories: queer(y)ing the identification 'older lesbian, gay and/or bisexual (LGB) adults' and its implications for organizational research, policy and practice. *Gender, Work and Organization*, 23(1), 7-18. <http://dx.doi.org/10.1111/gwao.12065>
- Lauretis, T. (1991). Queer theory: lesbian and gay sexualities. *Differences: a Journal of Feminist Cultural Studies*, 3(2), iii-xviii.
- Lee, H., Learmonth, M., & Harding, N. (2008). Quee(y)ing public administration. *Public Administration*, 86(1), 149-167. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9299.2007.00707.x>
- Linstead, A., & Brewis, J. (2004). Beyond boundaries: towards fluidity in theorizing and practice. *Gender, Work and Organization*, 11(4), 355-362. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2004.00237.x>
- Litvin, S. W. (2008). Sensation seeking and its measurement for tourism research. *Journal of Travel Research*, 46(4), 440-445. <http://dx.doi.org/10.1177/0047287507308326>
- Lovaas, K. E., & Jenkins, M. M. (2007). Introduction: setting the stage. In K. E. Lovaas & M. M. Jenkins (Eds.), *Sexualities and communication in everyday life: a reader* (pp. 1-18). California: Sage Publications.
- McDonald, J. (2013). Coming out in the field: a queer reflexive account of shifting researcher identity. *Management Learning*, 44(2), 127-143. <http://dx.doi.org/10.1177/1350507612473711>
- Miskolci, R. (2007, julho). A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização (queer theory and sociology: the challenging analysis of normalization). *Anais do Congresso de Leitura do Brasil*, Campinas, SP, Brasil, 16.
- Miskolci, R. (2009b). A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização (queer theory and sociology: the challenge of analysis of normalization). *Sociologias*, 11(21), 150-182. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>

- Miskolci, R. (2009a). O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no *fin-desiècle* brasileiro. *Estudos Feministas*, 17(2), 547-567. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000200014>
- Miskolci, R., & Balieiro, F. F. (2011). O drama público de Raul Pompeia: sexualidade e política no Brasil finissecular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(75), 73-88. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100004>
- Motta, J. I. J., & Ribeiro, V. M. B. (2013). Quem educa queer: a perspectiva de uma analítica queer aos processos de educação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), 1695-1704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000600021>
- Muhr, S. L., & Sullivan, K. R. (2013). "None so queer as folk": gendered expectations and transgressive bodies in leadership. *Leadership*, 9(3), 416-435. <http://dx.doi.org/10.1177/1742715013485857>
- Parker, M. (2001). Fucking management: queer, theory and reflexivity. *Ephemera: Critical Dialogues on Organization*, 1(1), 36-53.
- Philbrook, C. G. (2003). Queer theory and performance. *Journal of Homosexuality*, 45(24), 353-356. http://dx.doi.org/10.1300/J082v45n02_20
- Phillips, M., & Knowles, D. (2012). Performance and performativity: undoing fictions of women business owners. *Gender, Work and Organization*, 19(4), 416-437. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2010.00528.x>
- Pino, N. P. (2007). Queer theory and the intersex: invisible experiences of un-done bodies. *Cadernos Pagu*, (28), 149-174. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100008>
- Pullen, A., & Linstead, S. (2005). Introduction: organizing identity, interrupting identity. In A. Pullen & S. Linstead (Eds.), *Organization and identity* (pp. 1-19). London: Routledge.
- Quinn, V., & Sinfield, A. (2006). Queer theory. *Year's Work in Critical and Cultural Theory*, 14(1), 143-151. <http://dx.doi.org/10.1093/ywcct/mbl008>
- Richardson, B. K., & McGlynn, J. (2011). Rabid fans, death threats, and dysfunctional stakeholders: the influence of organizational and industry contexts on whistle-blowing cases. *Management Communication Quarterly*, 25(1), 121-150. <http://dx.doi.org/10.1177/0893318910380344>
- Rodrigues, C. (2012). Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad*, (10), 140-164. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000400007>
- Rosenbaum, M., Walsh, G., & Wozniak, R. (2012). Family allowances as reverse retail discrimination. *International Journal of Retail & Distribution Management*, 40(5), 342-359. <http://dx.doi.org/10.1108/09590551211222321>
- Rumens, N. (2008a). The complexities of friendship: exploring how gay men make sense of their workplace friendship with straight women. *Culture and Organizations*, 14(1), 79-95. <http://dx.doi.org/10.1080/14759550701864918>
- Rumens, N. (2008b). Working at intimacy: gay men's workplace friendships. *Gender, Work and Organization*, 15(1), 9-30. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2007.00364.x>
- Rumens, N. (2010). Workplace friendships between men: gay men's perspectives and experiences. *Human Relations*, 63(10), 1541-1562. <http://dx.doi.org/10.1177/0018726710361987>

- Rumens, N. (2012). Queering cross-sex friendships: an analysis of gay and bisexual men's workplace friendships with heterosexual women. *Human Relations*, 65(8), 955-978. <http://dx.doi.org/10.1177/0018726712442427>
- Sampaio, J. V., & Germano, I. M. P. (2014). Políticas públicas e crítica *queer* algumas questões sobre identidade. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 290-300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000200006>
- Schmidt, S. W., Githens, R. P., Rocco, T. S., & Kormanik, B. M. (2012). Lesbians, gays, bisexuals, and transgendered people and human resource development: an examination of the literature in adult education and human resource development. *Human Resource Development Review*, 11(3), 326-348. <http://dx.doi.org/10.1177/1534484312447193>
- Scurry, T., Rodriguez, J. K., & Bailouni, S. (2013). Narratives of identity of self-initiated expatriates in Qatar. *Career Development International*, 18(1), 12-33. <http://dx.doi.org/10.1108/13620431311305926>
- Sedgwick, E. K. (2008). *Epistemology of the closet*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Seidman, S. (1996). *Queer theory/sociology*. Cambridge/Oxford: Blackwell Publishers.
- Seidman, S. (2006). Theoretical perspectives. In S. Seidman, N. Fischer, & C. Meeks (Eds.), *Handbook of the new sexuality studies* (pp. 3-13). New York: Routledge.
- Souza, E. M., & Carrieri, A. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005>
- Souza, E. M. de, & Carrieri, A. de P. (2015). When invisibility is impossible body, subjectivity, and labor among travestis and transsexuals. *Journal of Workplace Rights (Sage Open)*, 5, 1-11. <http://dx.doi.org/10.1177/2158244015585406>
- Souza, E. M., & Pereira, S. J. N. (2013). (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 76-105. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712013000400004>
- Souza, E. M., Bianco, M. F., & Junquilho, G. S. (2015). Contestações sobre o masculino no contexto do trabalho: estudo pós-modernista em mineradoras e siderurgias [3ª Edição Especial]. *Revista de Administração Contemporânea*, 19, 269-287. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rac/v19nspe3/1415-6555-rac-19-spe3-00269.pdf>. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151545>
- Souza, E. M., Corvino, M. M. F., & Lopes, B. C. (2013). Uma análise dos estudos sobre o feminino e as mulheres na área de administração: a produção científica brasileira entre 2000 a 2010. *Organizações & Sociedade*, 20(67), 603-621. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302013000400003>
- Steyaert, C. (2015). Three women. A kiss. A Life. On the queer writing of time in organization. *Gender, Work and Organization*, 22(2), 163-178. <http://dx.doi.org/10.1111/gwao.12075>
- Sullivan, N. (2003). *A critical introduction to queer theory*. New York: New York University Press.
- Taylor, T., Mallinson, C., & Bloch, K. (2008). "Looking for a few good women": volunteerism as an interaction in two organizations. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 37(3), 389-410. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764007310420>

- Thanem, T. (2010). Free at last? Assembling, producing and organizing sexual spaces in Swedish sex education. *Gender, Work and Organization*, 17(1), 91-112. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2009.00440.x>
- Turner, W. B. (2000). *A genealogy of queer theory*. Philadelphia: Temple University Press.
- Tyler, M., & Cohen L. (2008). Management in/as comic relief: queer theory and gender performativity in the office. *Gender, Work and Organization*, 15(2), 113-132. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0432.2007.00351.x>
- Tyler, M., & Cohen, L. (2010). Spaces that matter: gender performativity and organizational space. *Organization Studies*, 31(2), 175-198. <http://dx.doi.org/10.1177/0170840609357381>
- Warner, M. (1993). Introduction. In M. Warner (Ed.), *Fear of a queer planet: queer politics and social theory* (pp. vii-xxxi). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Warner, M. (2012). Queer and then? The end of queer theory? *The Chronicle of Higher Education*, 58(18), 1-5.
- Watson, K. (2005). Queer theory. *Group Analysis*, 38(1), 67-81. <http://dx.doi.org/10.1177/0533316405049369>
- Weeks, J. (1995). *Invented moralities: sexual values in an age of uncertainty*. New York: Columbia University Press.
- Willis, P. (2012). Witnesses on the periphery: young lesbian, gay, bisexual and queer employees witnessing homophobic exchanges in Australian workplaces. *Human Relations*, 65(12), 1589-1610. <http://dx.doi.org/10.1177/0018726712457795>

Dados do Autor

Eloisio Moulin de Souza
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, 29075-910, Vitória, ES, Brasil. E-mail: eloisiomoulin@gmail.com